

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 219.^a Sessão Ordinária
Realizada em 22 de Novembro de 1971 - (2.^a-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados: Ivo Tomazoni e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Wilson Fortes — Antônio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsári Neto — Cndido Martins de Oliveira — David Federmann — Emílio Carazzai — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Miggiati Filho — Nivaldo Krüger — Odilon Rainhardt — Ovídio Franzoni — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima e Wilson Brandão (42); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Domício Scaramella — Antônio Maciel — Paulo Camargo — Pinto Dias — Xenofonte Villanueva (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os nos 144 — 143 — 142 — 136 — 135 — 134 — 133 — 132 — 131 — 130 e 129/71, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VEDADO INTEGRALMENTE OS PROJETOS DE LEI N.os:**

8/71: Do Senhor Deputado FRANCISCO ESCORSIN que visa a criação de uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do Município de Terra Roxa, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

271/70: Do Senhor Deputado IGO IWANT LOSSO, que visa doar ao opário Luiz Gonzaga da Cruz, a área de terreno pertencente ao Estado, correspondente ao lote 32—A, com 31.000 m2, constante de parte do lote n.º 32, da Gleba Patrimônio Mandaguari, Município do mesmo nome. — A C.C.J.

22/70: Do Senhor Ex-Deputado OLAVO FERREIRA, que visa autorizar o Poder Executivo a promover, através do Departamento de Estradas de Rodagem o asfaltamento da estrada que liga Centenário do Sul, à P.R. 71, passando por Miraselva. — A C.C.J.

7/71: Do Senhor Deputado IVO THOMAZONI, que visa doar ao Município de Enéas Marques, o equipamento elétrico que especifica, de propriedade do Departamento de Águas e Energia Elétrica. — A C.C.J.

128/70: Do Senhor Ex-Deputado Estadual TULIO VARGAS, que visa instituir anualmente, através da FUNDEPAR, simultâneo ao Concurso Nacional de Contos, o Concurso de Literatura do Paraná — A C.C.J.

53/70: Do Senhor Deputado ARMANDO QUEIROS, que visa criar uma Circunscrição de Trânsito com sede em Engenheiro Beltrão e abrangendo os Municípios de Quinta do Sol, Fênix e Barbosa Ferraz. — A C.C.J.

17/71: Do Senhor Deputado DAVID FEDERMANN, que visa alterar a redação do artigo 11, da lei n.º 6120, de 1.º de julho de 1970 e, como consequência, modificar a redação do art. 139, da lei 6174, de 16 de novembro de 1970. — A C.C.J.

245/70: Do Senhor Ex-Deputado OLÍVIO BELICH, que visa conceder uma pensão mensal de Cr\$ 80,00 (oitenta cruzeiros), à Miguel Florcoski Filho. — A C.C.J.

260/70: Do Senhor Ex-Deputado ALENCAR FURTADO, que visa conceder uma pensão mensal de Cr\$ 40,00 (quarenta cruzeiros), ao Senhor Theodoro Meira. — A C.C.J.

141/71: Do Senhor Deputado QUIÊLSE CRISÓSTOMO DA SILVA, que visa conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cincoenta cruzeiros), à Senhora Francisca Franco de Souza. — A C.C.J.

153/70: Do Senhor Deputado IVO THOMAZONI, que visa criar uma circunscrição de Trânsito com sede em Santo Antônio do Sudoeste e jurisdição nos Municípios de Barracão, Pérola D'Este, Planalto e Capanema. — A C.C.J.

TELEGRAMA:

Virtude necessidade minha presença trabalhos Comissão Segurança Nacional vg acho-me impossibilitado ausentar-me Brasília próxima semana vg motivo porque lamento não estar presente justas homenagens serão prestadas eminente homem público vg Sua Excelência Doutor Arthur Ferreira dos Santos pt Entretanto vg compartilho-me das alegrias desse acontecimento vg associando-me festividades pt SDS Agostinho Rodrigues — Ao conhecimento da Casa

REQUERIMENTOS: —

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer após ouvido o Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 258-71, constante da Ordem do Dia de hoje

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1971.

(a) Nelson Buffara.

PROJETOS DE LEI

Projeto de Lei n.º 278-71.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a FUNDAÇÃO ECUMÊNICA DE PROTEÇÃO AO EXCEPCIONAL, sediada nesta Capital.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1971.

(a) Antônio Lopes Junior

JUSTIFICATIVA:

A entidade em aprêço, segundo se verifica da documentação anexa, preenche todos os requisitos legais para ser reconhecida de utilidade pública.

O seu teor assistencial está declarado na própria denominação e os cuidados ao excepcional enfatizam essa condição.

PROJETO DE LEI N. 279-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem, para efeitos de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga a localidade de Palmeirinha em Guarapuava ao Município de Palmital, passando pelos distritos de Serro Verde, Campina Simão, Piquiri e Santa Maria.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1971.

(a) Nivaldo Krüger

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente Plano de Lei, Sr. Presidente, pelo fato da citada estrada não mais comportar o intenso tráfego, que por ela transita e, a Prefeitura guarapuavana não tem condições de ampliar ou menos conservar este escoadouro que é vital para os distritos acima citados.

Para se ter uma idéia de sua importância, somente uma firma sediada no distrito de Campina do Simão, a Madeireira Nacional S.A., utiliza o percurso desta estrada, através de seus caminhões, num trânsito de 650 veículos mensais. São 30 caminhões num vai-e-vem diários que escoam da região, 4 mil toras mensais que alimentam a produção desta fábrica de pasta mecânica e papel que sustenta 170 famílias deste Distrito, num total de mais de 1.000 pessoas.

Os dados acima citados, de sobejo, justificam a melhoria desta estrada, mas sua importância aí não para. Outras indústrias da região utilizam parcialmente ou totalmente este caminho, atualmente carroçável, que liga Palmeirinha e Palmital.

A Cia. Pinheiro Indústria e Comércio, a firma Boese S.A., Irmãos Losso e Cia. Ltda., F. Barros, de Pauli, F. V. Araujo Ltda., são algumas empresas das muitas que necessitam da citada estrada para escoarem as suas produções, firmas estas, que no seu total, carreiam, em faturamento mais de 240 mil cruzeiros mensais, com o consequente arrecadamento nos diversos formas de taxação, para o Governo do Estado.

A transferência do DER desta rodovia, seria mais um investimento do Estado na região, pois a soma acima citada é uma parte apenas da produção da região, sendo somente a Madeireira Nacional S.A., firma que começou a produzir em 1966, fatura mensalmente Cr\$ 345 mil mensais, com sua produção de 300 toneladas de produto acabado por mês.

Esta firma sózinha, não bastasse as outras, deveria receber todo o apoio do Governo Estadual em virtude de sua característica que fixa permanente-

mente, na região, a mão-de-obra e a produção, haja vista, ter a mesma, além da industrialização, vastas regiões de reflorestamento para a sustentação de seu funcionamento.

Do jeito como se encontra a citada estrada vem acarretando sérios prejuízos aos que dela se utilizam e não é justo que o Governo do Estado, que da região arrecada mensalmente Cr\$ 240.000,00, não se preocupe em dar em troca uma rodovia condizente com o progresso daquela populoso e produtivo pedaço do Paraná.

A grande produção agrícola e pecuária da região, paralelamente e obviamente também se ressentem de uma melhor rodovia, sua produção em dias chuvosos fica estagnada. A carga se perde, se deteriora, sacrifício se torna vão por que a estrada obstaculizou, com seu leito intransitável, o esforço de todos.

É imperioso a assunção do DER na conservação e ampliação desta estrada, respiradouro de uma das regiões mais produtivas do Estado.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1971.

(a) Nivaldo Krüger.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Antônio Belinati, primeiro orador inscrito. (Pausa)

Havendo declinado da palavra o Deputado Antonio Beliratti e não havendo outros oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. Deputado Nivaldo Krüger, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha presença na Tribuna, na tarde de hoje, prende-se ao fato, ou a vários fatos relacionados com a vida política do nosso Estado, com a vida administrativa do Paraná. Alguns acontecimentos. Sr. Presidente, já por várias vezes denunciados pela nossa Bancada, vêm se repetindo com insistência. Em torno deles, a Bancada do MDB propôs Comissão Parlamentar de Inquérito, quase todas rejeitadas, pedidos de informações sobre assuntos dos mais graves, relacionados com a vida administrativa do Paraná, também rejeitados. E uma única Comissão de Inquérito, aprovada, não chegou a realizar o seu trabalho, ficando o Representante do MDB sem condições de realizar a missão para a qual a nossa Bancada o havia indicado, apresentando um relatório à parte, sobre um contrato existente entre o Estado do Paraná e uma firma empreiteira, para a construção da Estrada de Ferro Central do Paraná.

Agora, sr. Presidente, recebemos telegramas do Interior do Estado, denunciando arbitrariedades praticadas por autoridades municipais, denunciando conflitos de terras no Centro Oeste do Paraná onde a situação parece perpetuar-se.

Recebi carta da professora que, depois de lecionar 4 anos, depois de lecionar 4 anos, ser formada pela Escola Normal de uma cidade do Interior, foi despedida porque apenas lhe pagavam 50 cruzeiros por mês. Encontrei há poucos dias essa moça e queria dar de si, como diz em sua carta, sem poder, porque ganhando 50 cruzeiros, é impossível alguém trabalhar e dedicar-se com afinco. E ela que havia sido contratada pela FUNDEPAR, em convênio municipal, via-se despedida, depois de estar formada.

Encontrei numa Escola do Interior, um professor de pé no chão e calças remendadas, com 40 crianças empuleiradas numa sala com 10 ou 15 carteiras, e lá, no quadro negro estava escrito: "É dever de cada filho deste Estado, amar o Brasil". Aquilo me comoveu. Sabe quanto ganha este professor? 100 cruzeiros por mês. A escola é do Estado e está com seus vencimentos atrasados há três meses.

Encontrei as zeladoras de algumas cidades ganhando 40 cruzeiros por mês e trabalhando expediente inteiro e não só de grupos e ginásios, mas de órgão do Estado, ganhando também apenas 50 cruzeiros, dando dois expedientes

e ainda sem receber os seus vencimentos, desde o mês de março. Mas será que os humildes não merecem um tratamento humano?

Será que os humildes, aqueles que não têm o poder de reclamar, aqueles que não têm força para chegar até o Governo, não merecem consideração pelo mero fato de receberem seus pagamentos em dia?

Esta é a imagem de um Governo que a Revolução não quer, tenho certeza, embora estando na oposição, mas que existe no Paraná. Descendo até o povo como temos feito nos fins de semana, encontraremos esta realidade gritante. Os recursos financeiros do Estado parecem insuficientes. Então apela o Governo para a fórmula mais fácil. Ao invés de conter as despesas, aumenta o cerco dos impostos. E aqui está a via instituindo a nova pauta para produtos pecuários. A estimativa é absurda!

Vemos, no Interior do Estado, Prefeituras Municipais formando núcleos de corrupção. Parece que estas são palavras ditas ao vento e que se perdem na imensidão do espaço. Ninguém as ouve, mas são verdadeiras. A título de dar apoio ao Governo, se instalam no interior os tripés — Delegado de Polícia, Prefeito Municipal, Presidente da Câmara — apoio maciço que nada mais é do que cobertura a atos de corrupção e arbitrariedade.

Não existe dinheiro para pagar as professoras. Há Municípios em que elas estão com 20 ou 25 meses de atraso. E esses Prefeitos, falando em nome da Revolução, falando em nome do Governo, falando em nome de um Partido da situação, têm dinheiro para comprar automóveis de luxo que transportam seus familiares de cima para baixo, com recursos tirados do povo.

Esta é a imagem do Estado do Paraná.

O esvaziamento econômico de nosso Estado, a falta de uma estratégia de desenvolvimento, a falta de planificação, a ausência de uma ordem capaz de dar tranquilidade e sossego aos homens que trabalham e produzem, faz com que o paranaense desanime, diante da orgia da politicagem avassaladora.

E enquanto isto os cordões de bajuladores a conceder títulos de cidadania a homens que nada fazem pela vasta região de nosso Estado; homens que nem sequer conhecem o Município, como assisti em Palmital, onde se concedeu título de cidadão a um Governador que nunca passou por lá, que nunca lá esteve. Um lugar que produz extraordinariamente e onde, para se construir uma ponte, para se conservar uma estrada, é necessário que o povo se cotize.

Este é o drama de nosso Estado, a situação em que vivem as modestas áreas do Estado do Paraná.

Assim, Sr. Presidente, assistimos em nosso Estado, por exemplo, numa das regiões onde ainda existem as mais intensas florestas de pinheiros, uma extensão de 150 km. área que produz mensalmente 400 mil cruzeiros de ICM para o Estado, área em que o Estado não joga sequer uma pá de terra para conservação. E aquela área se esvasia cada vez mais enquanto o erário dali arranca, dali retira, recursos extraordinários para aplicação não se sabe bem aonde.

Creio, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a indicação de Governadores parece não estar correspondendo às expectativas do Governo Central.

Os novos Governadores em muitos casos não superaram as crises internas decorrentes de lutas entre facções e interesses em conflito. Mas ao povo todo parece tudo estar bem porque as notícias não saem porque os jornais não as publicam com realidade. E a classe política que deveria imprimir o desenvolvimento se corroe entre si dando uma triste imagem a toda a Nação.

E, agora, o mais sério: parece que em alguns Estados, governos assim constituídos estariam praticando atos de corrupção, e em consequência do que seriam forçados a renunciar aos mandatos que lhes foram conferidos excepcionalmente, pelo Poder Central referendados pelas Assembléias.

Se isto acontecer, se renúncias se verificarem, o povo ficará aliviado de seu complexo de incompetência para escolher governantes. Verificará que não só ele, povo, pode cometer erros na escolha.

O povo votando diretamente elege bons e maus governantes. Mas, o processo de eleição indireta também não evita os maus governantes.

Muitos deles vão aos poucos se afirmando, outro ainda não se definiram e muitos deles já demonstram não estar à altura do cargo.

Em todo caso, se alguns deles forem forçados a renunciar, que se salve a normalidade constitucional, pela posse imediata do substituto legal, no caso o Vice-Governador. Se isso não ocorresse estaríamos retrocedendo a um passado triste e já considerado ultrapassado na vida política brasileira, a exceção legal.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 258-71. — **Aprovado.**

De acordo com o requerimento de preferência aprovado:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 258-71, de autoria do Deputado Nelson Buffara, que acresce ao artigo 12, da Lei n.º 6.212, de 9-8-71, o parágrafo que especifica. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 258-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — O artigo 12, da Lei n.º 6.212, de 09 de agosto de 1971, fica acrescido do seguinte parágrafo:

Parágrafo único — O disposto na parte inicial deste artigo aplica-se aos servidores do D.R.I., aposentados anteriormente à vigência desta Lei.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1971.

(a) Dep. Nelson Buffara

JUSTIFICATIVA:

O funcionário na ativa estabelece seu padrão de vida, é evidente, tomando por base os seus vencimentos e vantagens, cujo padrão, no mais das vezes, sofre sensível diminuição quando da sua aposentadoria, o que importa em uma medida injusta.

O objetivo da presente Lei é dar ao funcionário aposentado a continuidade do já aludido padrão de vida na aposentadoria, estabelecendo-se, desta forma, a verdadeira justiça social àquelas que contribuíram para dar recursos suficientes para a sobrevivência do Estado.

Assim, pois, apresentamos a presente iniciativa à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e aprovação final.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 258-71

AUTOR: — Nelson Bufara

P A R E C E R

O projeto em exame visa estender aos aposentados do D.R.I., do quadro da Secretaria da Fazenda, vantagens concedidas aos funcionários em atividade.

A medida é evidente, fere dispositivos de ordem legal, mas é aceitável no seu aspecto humano, de vez que garante a quem já trabalhou melhores condições de sobrevivência, daí porque, parecer favorável.

Em 17-11-1971

aa) — Muggiati Filho — Presidente (em exercício) — Armando Quiroz — Relator, — Borsari Neto, Emilio Carazzzi, Cândido Martins de Oliveira, Gilberto Carvalho e Sebastião Rodrigues Júnior

Passaremos à apreciação dos demais Projetos de Lei, constantes da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO: — do Projeto de Lei n.º 10-71, de autoria do Dep. Igo Losso, cria a "Fundação Educacional" de Centenário do Sul, destinada a instalar e manter uma Faculdade de Filosofia. Parecer favorável da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 57-71, de autoria do Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva, autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Colorado, um Curso Científico para funcionar a partir do próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. —**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 72-71, de autoria do Dep. Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual na sede do Município de Cambira. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., e C.I.P. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 85-71, de autoria do Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva, autoriza o Poder Executivo a criar, uma Escola Normal na sede do Município de "Adrianópolis", para funcionar a partir do próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., e C.I.P. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 220-69, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 49-69, encaminhando anteprojeto de Lei objetivando transferir à Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — Café do Paraná, área de terras de propriedade do Estado, com 40.090,00 — (quarenta mil e noventa metros quadrados), situada no bairro do Atuba. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — **Aprovado artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125-70, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que cria uma Circunscrição de Trânsito em Castro, com jurisdição nos Municípios de Pirai do Sul, Jaguariaíva, Sengés e Arapoti. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 304-70, autor Governo do Estado — Mensagem n.º 45-70, que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 90.000.00 à Secretaria de Educação e Cultura, destinado a atender despesas com a execução da Lei n.º 6.034, de 6 de novembro de 1969 e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 196-71, de autoria do Dep. Gilberto Carvalho, que cria junto ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, um Fundo de Natureza Contábil, denominado Fundo Estadual de Eletrificação Rural, designado pela sigla "FEER-PR" e dá outras providências". Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo**

2a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 227-71, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 27-71, encaminhando Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1972 — 1974. Com parecer da Comissão de Orçamento. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 228-71, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 28-71, encaminhando Proposta Orçamentária que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 1972. — Com parecer da COMISSÃO DE ORÇAMENTO. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 225-69, de autoria do Dep. José Alencar Furtado, responsabiliza o servidor do Estado, por lançamentos fiscais irregulares ou ilegais, a ressarcir pessoalmente à parte prejudicada, na mesma proporção do percentual a que tem direito, caso a execução fiscal seja concretizada. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. — **Rejeitado.**

PROJETO DE LEI N. 225-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — O servidor do Estado, responsável por lançamentos fiscais irregulares ou ilegais ressarcirá, pessoalmente, à parte prejudicada, na mesma proporção do percentual a que teria direito, caso a execução fiscal fôsse concretizada.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1969.

a) — Dep. Alencar Furtado

JUSTIFICATIVA:

Quando orienta o Estado a sua atividade no sentido da obtenção de tributos, a fim de prover às suas necessidades, ele o faz servindo-se de seu poder de império, pelo qual, no interesse da comunhão social, constrange o particular a contribuir com uma prestação pecuniária, para a satisfação dos gastos públicos. A essa atividade estadual, exercida visando a tal escôpo, dá-se a denominação de atividade tributária.

Mas, no Estado de Direito, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, e o pagamento do tributo, como se constitui em obrigação que vai atingir o patrimônio do indivíduo é imposto a este consoante certas regras, ou princípios, que regulam não somente o ato, em si, da instituição do ônus tributário, como as relações que gera essa instituição. O complexo de normas jurídicas que têm por fim disciplinar, desde o seu nascimento, os tributos, bem como aquelas relações, constitui o Direito Tributário, ou, para a terminologia de alguns sistemas jurídicos, o Direito Fiscal.

Contudo, verifica-se hoje, em decorrência das vantagens pecuniárias oferecidas aos agentes de rendas, uma avalanche de atuações descabidas sobre o particular, que fogem completamente às normas estabelecidas.

Esta nossa iniciativa objetiva refrear o instinto de ganho daqueles que, participantes em comissões sobre multas ou outras infrações quaisquer, aplicam, discricionariamente o poder coator que o Estado lhes conferiu.

Com essa medida haverá moralidade administrativa, menor balbúrdia burocrática e, também, a tranquilidade daqueles que, honestamente, controlam com suas parcelas financeiras, para a concretização dos objetivos do Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 225-69

AUTOR: Dep. Alencar Furtado

SÚMULA: Dispõe sobre a responsabilidade de servidor estadual por lançamentos fiscais indevidos.

PARECER

1) O objetivo do presente projeto é o de responsabilizar, pessoalmente, o servidor estadual incumbido de proceder a lançamentos fiscais, quando estes forem realizados irregular ou ilegalmente.

Em tais circunstâncias, nos termos do projeto, o funcionário deverá ressarcir a parte prejudicada "na mesma proporção do percentual a que teria direito" na hipótese de procedência do executivo fiscal correspondente.

2) É nobre a iniciativa do ilustre parlamentar que subscreve o plano de lei em exame, visando coibir abusos e injustificáveis lapsos nos lançamentos fiscais.

Todavia, a forma do ressarcimento estabelecida, ou seja na mesma proporção a que o funcionário teria direito com o acolhimento do executivo fiscal, não mais é viável.

Com efeito, de acordo com o art. 196, da Constituição Federal.

"É vedada a participação de servidores públicos no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive da dívida ativa".

Assim, seria inaplicável a regra legal que o presente projeto pretende estabelecer.

3) Doutro lado, o contribuinte que se sinta lesado em consequência de lançamento fiscal indevido, terá sempre ação contra o próprio Estado, para haver indenização por perdas e danos, conforme regra expressa no art. 107, da Constituição Federal, cabendo ao Estado ação regressiva contra o funcionário responsável (id., art. 107, p. ún.).

4) Em face de todo o exposto, somos levados a opinar pela rejeição do presente projeto, data venia.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 6 de julho de 1971.

aa) — WILSON BRANDÃO — Presidente

ODILON REINHARDT — Relator

MUGIATTI FILHO

CÂNDIDO MANOEL MARTINS DE OLIVEIRA

VIGGO LOSSO

SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR

BORSARI NETTO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 230-70, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 26-70, que autoriza o Poder Executivo a doar à União,

Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde, um terreno na forma e como especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C.
— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 230-70

MENSAGEM N. 23-70

Curitiba, 20 de agosto de 1970.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva doar à União — Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde, 1 (um) terreno com área aproximadamente de 1.605 m². (um mil seiscentos e cinco metros quadrados), com 15,00 m. de frente para a rua Tabajaras, nesta Capital, por 107 m. de fundos e 15,00 m. de frente para a rua Tamoios.

O imóvel cuja doação é pretendida, destina-se à ampliação das instalações do Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde e o anteprojeto contém dispositivo expresso, segundo o qual o imóvel em questão reverterá ao patrimônio do Estado do Paraná, caso lhe seja dada destinação diversa da prevista.

Em maiores detalhes em torno do assunto, é anexada cópia autêntica do ofício n. 69-70, de 26 de janeiro de 1970, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, Circunscrição do Estado do Paraná.

Certo de que o plano de lei ora submetido a essa Cclenda Casa merecera o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

PAULO PIMENTEL

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Francisco Escorsin

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à União — Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde, 1 (um) terreno, sem benfeitorias, com área aproximada de 1.605 m². (um mil seiscentos e cinco metros quadrados), com 15,00 m. de frente para a rua Tabajaras, nesta Capital, por 107 m. de fundos e 15,00 m. de frente para a rua Tamoios.

Art. 2.º — O imóvel de que trata o artigo anterior será destinado à ampliação das instalações do Departamento de Endemias Rurais, revertendo ao patrimônio do Estado do Paraná, na hipótese de lhe ser dada destinação diversa da prevista nesta lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE ENDEMIAS RURAIS
CIRCUNSCRIÇÃO DO PARANÁ**

Of. n.º 69-70

Curitiba, 26 de janeiro de 1970.

Do Sr. Chefe da Circunscrição Paraná do D.N.E.Rru.

Ao Sr. Governador do Estado do Paraná

Assuntos: Solicitação (fez)

Senhor Governador:

Como é do conhecimento de V. Excia., terminamos o prédio para as instalações da nossa Oficina, Garagem e Almoxarifado, e iniciamos a construção do outro prédio onde será instalada a Sede desta Circunscrição.

Agora esta Chefia tem a honra de se dirigir novamente a V. Excia., no sentido de solicitar mais uma área junto a já cedida a esta Circunscrição,

medindo 15 (quinze) metros de frente para rua Tabajaras até a confluência da rua Tamoios, conforme planta anexa, a fim de construirmos depósito para estocarmos B.H.C., Piriza e Baylucide, necessários para atender as Campanhas contra a Doença de Chagas e Esquitossomose.

Na oportunidade reitero a V. Excia., os protestos de alta estima e consideração.

Atenciosas Saudações

a) Dr. Cláudio Magalhães da Silveira

Chefe da Circunscrição Paraná

Exmo. Sr.

Dr. Paulo da Cruz Pimentel

MD. Governador do Estado do Paraná

N/CAPITAL.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 239-70

AUTOR: Governo do Estado

SÚMULA: Mensagem n. 26-70, encaminhando projeto de Lei que objetiva doar à União-Departamento Nacional de Endemias Rurais o imóvel que especifica.

PARECER

1) — O projeto de lei em exame, oriundo de mensagem governamental, dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para doar à União — Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde, um terreno, sem benfeitorias, com área aproximada de 1.605 m², com 15,00 m. de frente para a rua Tabajaras, nesta Capital, por 107 m. de fundos e 15,00 metros de frente para a rua Tamoios, destinado à ampliação das instalações daquele Departamento.

2) — Prevê, o Projeto, que o referido imóvel reverterá ao patrimônio do Estado, na hipótese de lhe ser dada destinação diversa da constante nesta Lei.

3) — O Projeto é oportuno e não encontra óbice legal ou constitucional, daí opinarmos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Emílio Carazzai

Igo Lasso

Cândido M. de Oliveira

Gilberto Carvalho

Acyr José

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PARECER

1) — Oriundo de Mensagem Governamental, o Projeto de Lei em exame visa, doar à União — Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde, um terreno com aproximadamente 1.605 m² situado nesta Capital à rua Tabajaras.

2) — A exposição de motivos apresentada na mensagem, diz que o imóvel destina-se à ampliação das instalações do D.N.E.R. e caso lhe seja dada destinação diversa da prevista, o imóvel reverterá ao patrimônio Estadual.

3) — O Projeto é justo e oportuno, pois possibilitará que o D.N.E.R. amplie suas instalações nesta cidade, o que só trará benefícios ao nosso Estado.

Pela aprovação é o parecer.

Sala das Reuniões, em 3 de setembro de 1971.

aa) **Arizone Araújo** — Presidente

Marciano Baraniuk — Relator

Santos Lima

Sebastião R. Júnior

1a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 244-71, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 30-71, encaminhando anteprojeto de Lei que trata da criação do "Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN" e dá outras providências. Sem parecer. EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado.

MENSAGEM N. 30-71

Curitiba, 20 de setembro de 1971.

Projeto de Lei n. 244-71

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que trata da criação de "Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN", com a finalidade de prover recursos para reequipamento, material permanente e outras despesas de capital ao Departamento Estadual de Trânsito — DETRAN.

2. A medida ora submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa é altamente significativa e consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que ensejará condições no sentido de que o Departamento Estadual de Trânsito seja dotado de moderno e adequado equipamento, o que se faz necessário a fim de que aquele órgão possa desempenhar as suas específicas atribuições com a almejada eficiência.

3. Para atendimento de despesas com a instalação do Fundo de Reequipamento de Trânsito, no corrente exercício, é prevista autorização para abertura de um crédito especial de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), sendo, como recurso para abertura do referido crédito, previsto o necessário cancelamento de verbas em igual importância, constantes do vigente Orçamento Geral do Estado.

Certo de que o Plano de Lei ora proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) **HAROLDO LEON PERES**

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

N/CAPITAL

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica criado o "Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN", com a finalidade de prover recursos para reequipamento, material permanente e outras despesas de capital para o "Departamento Estadual de Trânsito — DETRAN".

Art. 2.º — O "FUNRESTRAN" será provido pelos recursos originados pela cobrança das taxas especificadas na Tabela "G" da Lei n. 5.482, de 20 de janeiro de 1967, que dispõe sobre as Taxas de Segurança Pública, e de produto das multas por infrações ao trânsito de sua jurisdição e constantes do Código Nacional de Trânsito.

Parágrafo único — Constituem ainda recursos do "FUNRESTRAN":

a) — auxílios, subvenções ou dotações federais, municipais ou privadas, oriundos de convênios celebrados pelo "DETRAN";

- b) — o produto da alienação de equipamento ou material inservível;
- c) — juros de seus depósitos bancários;
- d) — outras rendas eventuais.

Art. 3.o — O “Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN” será administrado por um Conselho Diretor composto pelo Secretário de Segurança Pública como Presidente nato, pelo Diretor do Departamento de Trânsito como Vice-Presidente, pelo Comandante do Batalhão de Controle de Tráfego da Polícia Militar do Estado, pelo Assessor de Planejamento e pelo Assessor Jurídico do DETRAN, e por um representante da Secretaria da Fazenda.

Art. 4.o — O “Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN” é dotado de personalidade jurídica e escrituração contábil própria, independente de qualquer órgão da Secretaria de Segurança Pública.

Art. 5.o — Da aplicação dos recursos do “Fundo de Reequipamento do Trânsito, será feita prestação de contas nos prazos e na forma da legislação vigente.

Art. 6.o — Do total de receita atribuída ao FUNRESTRAN será destinada até 1% (um por cento) para pagamento de despesas administrativas.

Art. 7.o — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), destinado a atender as despesas com a instalação do FUNRESTRAN no corrente exercício financeiro.

Parágrafo único — Como recurso para a cobertura das despesas da abertura do crédito especial a que se refere este artigo, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância no Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n. 6.175, de 03 de dezembro de 1970, de acordo com as especificações seguintes:

Órgão principal: Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública.

Programa: — (71-2.6-43)—03

Unidade Executora: — DETRAN — 01

Dotação: — 71-2.6-43

Art. 8.o — AO FUNRESPOL, criado pela lei n. 6.102, de 27 de maio de 1970; aplicar-se-á norma igual à estabelecida no art. 6.o desta lei.

Art. 9.o — Dentro de 30 (trinta) dias contados da data da publicação desta Lei, o Poder Executivo procederá a sua regulamentação.

Art. 10.o — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

a) — **HAROLDO LÉON PERES**

Governador do Estado.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 245-71, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 36-71, encaminhando anteprojeto de Lei que doa à Sociedade Rural do Norte do Paraná, o imóvel constituído de parte do lote n. 107-B, da Gleba Cambé, do Município de Londrina, com área de 78.282,00 m², e de propriedade do Estado. Sem parecer. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

MENSAGEM N. 36-71

Curitiba, 5 de outubro de 1971.

PROJETO DE LEI N. 245-71

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa doar à Sociedade Rural do Norte do Paraná, o imóvel constituído de uma parte do lote n. 107-B, da Gleba Cambé, do Município de Londrina, com a área total de 78.282,00 metros quadrados, adquirida pelo Estado do Paraná, conforme transcrição

n. 22.537 do Livro 3 n.º 26, fls. 206, do Registro de Imóveis do 1.º Ofício da Comarca de Londrina, confrontando pela frente com a rodovia Melo Peixoto, pelo lado direito com o imóvel de propriedade da Associação Rural pelo lado esquerdo com o lote n. 108 da Gleba Cambé e pelos fundos com o Ribeirão Cambé.

O imóvel cuja doação é objetivada pelo Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Casa de Leis, será destinado, conforme dispositivo expresso, à construção do Parque Exposição Industrial de Londrina, cujas obras ficarão à cargo da Entidade donatária e deverão ter início e conclusão nos prazos estabelecidos.

Certo de que o Plano de Lei ora encaminhado a essa Colenda Casa merecerá o necessário apóio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) — **HAROLDO LEON PERES**

Governador do Estado.

- Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

N/CAPITAL

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Sociedade Rural do Norte do Paraná, o imóvel constituído de uma parte do lote n. 107-B da Gleba Cambé, do Município de Londrina, com a área total de 78.282,00 metros quadrados, adquirida pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n. 22.537, do Livro 3 n.º 26, fls. 206, de Registro de Imóveis do 1.º Ofício da Comarca de Londrina, confrontando pela frente com a rodovia Melo Peixoto, pelo lado direito com o imóvel de propriedade da Associação Rural, pelo lado esquerdo com o lote n. 108 da Gleba Cambé e pelos fundos com o Ribeirão Cambé.

Parágrafo Único — O Imóvel de que trata este artigo será destinado à construção do Parque Exposição Industrial de Londrina.

Art. 3.º — A Sociedade Rural do Norte do Paraná, deverá iniciar a construção do Parque Exposição Industrial de Londrina, no prazo máximo de dois (2) anos e a concluir dentro de cinco (5) anos, contados da data da publicação da presente lei, revertendo ao Patrimônio do Estado do Paraná, com as benfeitorias nela existentes, independente de qualquer indenização caso não sejam cumpridos os prazos estabelecidos ou for dada destinação diversa da prevista.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 246-71, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 38-71, solicitando autorização de fiança do Poder Executivo, em empréstimos do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. — ou Banco do Estado do Paraná S.A., com o Banco Nacional de Habitação, na execução de obras que especifica. Sem parecer. EM REGIME DE URGÊNCIA.
— Aprovado.

MENSAGEM N.º 38-71

Curitiba, 5 de outubro de 1971.

PROJETO DE LEI N.º 246-71

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins consti-

tucionais, o incluso anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a dar fiança aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. e ou Banco do Estado do Paraná S.A. com o Banco Nacional de Habitação, destinados à execução de obras de sistemas de abastecimento de água e de esgotos em municípios do Estado, dispondo ainda expressamente, sobre a Lei n.º 6.125, de 13 de julho de 1970.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis decorre de exigências formuladas pelo Banco Nacional de Habitação, no sentido de modificação da lei atualmente vigente, sobre o assunto, a de n.º 6.125-70, a fim de que possam ser concedidos empréstimos a municípios do Estado do Paraná, para implantação, ampliação ou melhoria de seus sistemas de saneamento.

Muito embora as modificações propostas sejam dirigidas a apenas alguns dispositivos da Lei n.º 6.125-70, como se poderá constatar pelo simples cotejo dos textos, preferiu-se, por razões de ordem técnica, a elaboração de um novo diploma legal, revogado, expressamente, aquele atualmente vigente.

Certo de que o Plano de Lei ora encaminhado a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) HAROLDO LEON PERES

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
N/Capital.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a dar fiança aos empréstimos contraídos ou que venham, a ser contraídos pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. e ou Banco do Estado do Paraná S.A. com o Banco Nacional de Habitação, destinados à execução de obras de sistemas de abastecimento de água e de esgotos em municípios do Estado e a conferir ao Banco Nacional de Habitação os poderes para levantar, junto ao Governo Federal, as parcelas do Fundo de Participação dos Estados, na forma do disposto na Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966, e na sua insuficiência ou extinção, levantar junto aos Órgãos do Governo Estadual e Bancos, os recursos provenientes de impostos estaduais, bem como, saldos dos depósitos bancários, suficientes para responder pelo débito corrigido e demais encargos contratuais decorrentes do empréstimo concedidos pelo Banco Nacional de Habitação ao Banco de Desenvolvimento do Paraná e ou Banco do Estado do Paraná.

§ 1.º — Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pelo Banco Nacional de Habitação na hipótese de o Banco de Desenvolvimento do Paraná e ou o Banco do Estado do Paraná ou o Governo do Estado não terem efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimo celebrados com o Banco de Habitação.

§ 2.º — Os recursos financeiros decorrentes dos empréstimos de que trata este artigo, serão repassados pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná e ou o Banco do Estado do Paraná a entidades da administração indireta dos Municípios do Estado do Paraná, destinando-se à implantação, ampliação ou melhoria de seus sistemas de saneamento.

§ 3.º — A fiança será outorgada pelo Governo do Estado do Paraná, em contrato a ser celebrado com o Banco Nacional de Habitação, sob a supervisão da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.

§ 4.º — Para concessão da fiança de que trata esta lei, é fixada a importância de até Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), que será corrigida monetariamente de conformidade com os índices estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional para as ORTN.

Art. 2.º — Nenhum repasse financeiro será deferido pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná e ou pelo Banco do Estado do Paraná às entidades municipais, sem a cobertura de garantias específicas destinadas a assegurar a liquidez das operações objeto da fiança concedida nos termos desta Lei.

Lei n. 6.125, de 13 de julho de 1970 e demais disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando uma Extraordinária para amanhã dia 23, terça-feira às 10.00 horas para discussão da Proposição n.º 34-71 e outros assuntos e, marcando outra Sessão Ordinária para a Hora Regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n. 10-71, 57-71, 72-71, 85-71 220-69;

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns. 125-70, 304-40, 196-71, 227-71, 228-71;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns. 225-69, 230-70, 244-71, 245-71, 246-71, 258-71.

Levanta-se sessão.